



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE MAIO DE 2023

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita

Ex.^{mos} Srs. José Rui Cardoso
Silvestre Mendes

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 20 minutos.

Concluiu-se o debate e apreciação conjuntos e aprovou-se, na generalidade, as Propostas de Lei n.º 01/XII/1.ª/2023 – Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico 2023 e n.º 02/XII/1.ª/23 – Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico 2023. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Patrice Emery Trovoada, e do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Ginésio Afonso), que também responderam às questões, os Srs. Deputados Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Honório Sousa Ponte (ADI), Carlos Cabral (ADI), Jozino da Veiga (ADI),

Abnildo d' Oliveira (ADI), Teodorico Campos (ADI), Levy Nazaré (BASTA), Lourenço Freitas (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) e Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN).

O debate, na generalidade, foi encerrado com a intervenção do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

Foram aprovados, por aclamação, o requerimento de avocação ao Plenário, e o programa de análise e aprovação das GOP e do OGE na especialidade. Usaram da palavra os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI) e José António Miguel (ADI).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 55 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 20 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Afonso da Graça **Varela** da Silva
Alberto da Trindade Luís
Aleksander Monteiro da Conceição **Lima**
Arlindo Quaresma **dos Santos**
Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento
Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço
Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**
Danilo Francisco dos Santos **Quaresma**
Edmilson das Neves Amoço
Ekeneide Lima **dos Santos**
Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva **Teixeira**
Hélder Santana de Nascimento
Honório Sousa **Pontes**
Itelmiza Duarte Monteiro Pires
Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
Jozino Malupane da **Veiga**
Laudino Afonso de Jesus
Lourenço Aguiar Freitas
Messias Luís Fernandes Pereira
Nito de Sousa Viegas d'Abreu
Orlando Borges da **Mata**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Sólito da Cunha Lisboa **Neto**
Silvestre Moreno **Mendes**
Teodorico de Campos
Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Adelino Cruz José da **Costa**
Arlindo Barbosa Semedo
Ayza Fortes da Silva
Conceição Vieira **Moreno**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso da **Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jorge Lopes **Bom Jesus**
José Rui Tavares Cardoso
José Maria Afonso de **Barros**
Osvaldo António Cravid Viegas d'Abreu
Osvaldo Eduardo João
Osvaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis **Faleiro**
Baltazar Albertina **Quaresma**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Eldimiro Emiliano **Manuel**
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA (MB)

Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Policárpio Viegas d'Oliveira **Freitas**

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossos caros Técnicos dos Serviços da Assembleia Nacional, nossos seguidores, que não podemos deixar de saudar, muito bom dia. Temos também hoje entre nós, também porque estiveram ontem já connosco os representantes da Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe, representantes da Liga da Defesa do Albinismo de São Tomé e Príncipe, e especialmente os estudantes da Universidade São Tomé, mais concretamente os estudantes da Língua Portuguesa. São cerca de 70 estudantes. Desejamos a todos que sejam muito bem-vindos à nossa Casa e que tirem esta sessão para aproveitarem da melhor forma o vosso ensinamento na Língua Portuguesa.

Assim sendo e tendo quórum, porque temos na Sala 51 Deputados, iniciamos a nossa sessão, que é a continuação dos nossos trabalhos de análise, na generalidade, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2023.

Peço aos serviços que conduzam os membros do Governo à Sala.

Pausa para a entrada dos Membros do Governo.

Já temos a maioria dos membros do Governo na Sala, já esta a chegar o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, a inscrição está aberta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Mesa, Excelências, Caros Ilustres e Excelentíssimos Deputados e Deputadas, Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco Governamental, Técnicos da Assembleia e da Comunicação Social, nossos convidados, Povo de São Tomé e Príncipe e os nossos conterrâneos na diáspora, bom dia.

Eu ontem ouvi o Ministro das Finanças, estava na lógica realmente de ajudar ou dar a minha contribuição para a melhoria das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano 2023. Conforme disse o Sr. Deputado Varela, realmente nós temos que ultrapassar algumas quezílias, digamos assim, e contribuir, porque o Orçamento é uma matéria muito importante e deve merecer de todos nós muita seriedade e comprometimento. E fiquei bastante preocupado quando o Ministro disse, quanto à questão que eu coloquei em relação aos Grupos de Interesse de Manutenção de Estradas (GIME), que no Orçamento passado não estava no governo. Bom, lembrar ao Sr. Ministro que aqui é um palco que não se deve usar para fazer teatros e nem mentir. É um palco para se dizer a verdade. O senhor sabe que o Orçamento Geral do Estado é um orçamento que é feito pelo senhor e uma equipa das Finanças. Nos últimos 10 anos, aliás, foi coordenador dessa equipa. Portanto, a responsabilidade e o sucesso ou insucesso financeiro deste Estado tem a sua mão, naturalmente.

Mas eu não estava à espera que o senhor me dissesse isso. Estava à espera que o senhor me dissesse como é que iria mitigar o pagamento dos GIME, fazendo uma conta fácil e rápida, tendo em conta que estamos no mês de Maio. Estamos a discutir o Orçamento e aprová-lo com algum atraso, aliás, com muito atraso, já são 5 meses, e os GIME têm um atraso de pagamento de 7 a 9 meses.

Portanto, se o senhor pagasse pelo menos os meses de Novembro e Dezembro, com o exercício de 2022, provavelmente os GIME não teriam registado o atraso que registam na sua remuneração.

Eu pergunto-lhe, Sr. Ministro, se o senhor ficasse 1 ou 2 meses sem salário, como é que viveria?

Estamos a falar de pessoas, estamos a falar de cerca de 1300 pessoas, mais 2600 ou 3000, com o apoio indirecto dessas 1300. Estamos a falar de cerca de 4 000 pessoas, em São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe.

Portanto, eu estava à espera que o senhor me dissesse como é que ia mitigar esse pagamento, e não vir aqui fazer piada, dizendo que não estava no governo naquele período, quando o senhor tem a responsabilidades disso. E mais ainda, não podemos estar a falar de um período que já passou. Temos que falar deste período. Portanto, eu gostaria que o senhor me dissesse como é que irá mitigar este pagamento, porque todos nós sabemos que o Orçamento Geral do Estado deve ser um reflexo das Grandes Opções do Plano. Não vale a pena o senhor me dizer que está na página, eu vi. Eu vi que tem 15 milhões ali na página do Orçamento Geral do Estado. Mas nós sabemos que esses 15 milhões só pagarão o exercício daqui para frente. E de Novembro para cá? Também é bom que o senhor nos diga como é que senhor vai mitigar esse pagamento.

Portanto, se nós fizemos um exercício rápido, Sr. Ministro, eu posso ajudar-lhe até, vamos ver que, por exemplo, há verba para pagar os GIME. Os GIME facturam, em média, cerca de 2 milhões por mês. Os GIME do Centro, Norte, Sul e da Região Autónoma do Príncipe, quatro federações. E eu imagino que o senhor saiba, porque esteve na implementação desses pagamento e na implementação dessa orçamentação.

Portanto, se nós fizermos um exercício rápido, o Sr. Primeiro-Ministro tem viajado, nos últimos 7 meses, cerca de mais ou menos 15 vezes. Em cada viagem sua leva 25 000 euros, digamos assim. Estamos já a falar de qualquer coisa como 375 euros. 375 000 euros vezes 24,5, estamos a falar de qualquer coisa como 9,2 milhões de dobras. Com esse dinheiro, seria possível pagar pelo menos 4 meses do GIME.

Aplauso do MLSTP/PSD.

Nós não podemos estar a brincar com a barriga de algumas pessoas e do povo de São Tomé e Príncipe. Não podemos fazer isso.

Eu lembro aos Deputados e ao Sr. Ministro que, no exercício do governo anterior, herdamos o GIME com uma dívida de 8 meses, mas de 2018 até 2021 nós procedemos ao pagamento dessa dívida. E de todo o exercício dos GIME, melhoramos ainda o salário e o subsídio dos GIME. O que quer dizer que é possível pagar os GIME.

Eu tenho certeza de que o senhor conseguirá uma forma de fazer esse exercício, porque o povo está atento em relação a isso.

Muito obrigado.

Aplauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado Gabdulo foi o primeiro inscrito desta manhã.
Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Pontes.

O Sr. **Honório Pontes** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, convidados bom dia.

Eu venho cá, só para falar um pouquinho sobre o Deputado Gabdulo e o Deputado Osvaldo Abreu.

É assim, nós devemos ser um bocadinho mais sérios. Eu vejo esse *show*, mas para mim é um *show off*. Eu gostaria que o Sr. Osvaldo Abreu mais o Sr. Gabdulo...

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, interpelação à Mesa.

...tentassem explicar um pouco sobre aquela acusação, aliás constatação, porque o Tribunal de Contas tem lá técnicos competentes...

Murmúrios.

... a questão de o Tribunal de Contas mandar até a polícia ir ao gabinete do Sr. Gabdulo, porque houve uma falcatrua de 500 000 euros nas obras da Ponte Tavares.

Aplauso do ADI.

O Sr. Osvaldo Abreu e o Sr. Gabdulo devem explicar isso. Não comecem a fazer aqui brincadeira. Falam de corrupção, bandos de corruptos, deram cabo do País, não comecem aqui a brincar...

Aplauso do ADI.

Vocês têm que falar, explicar os 500 000 euros. Expliquem os 500 000 euros.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — A Mesa não reage.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — A chamar o homem de corrupto.

O Sr. **Honório Pontes** (ADI): — É uma constatação do Tribunal de Contas.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — A Mesa não reage.

O Sr. **Honório Pontes** (ADI): — Talvez os 500 000 euros dessem também para resolver o problema do GIME. Não é estar aqui a guardar coisas e a vir aqui brincar.

Obrigado.

Aplauso do ADI.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Direito a resposta.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Honório Sousa Pontes.

O Sr. Deputado Honório Sousa Pontes fez uma intervenção, citando os anteriores dirigentes. Na perspectiva da Mesa, não ofendeu a honra de ninguém,...

Murmúrios.

...a não ser que os visados se inscrevam e venham defender-se.

Murmúrios.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Mesma resposta agora e já.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Osvaldo Abreu, não entre nesse jogo.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Nós estamos cá para conduzir os trabalhos. A Mesa não tem apreciação de que os citados tivessem alguma honra ferida.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O Sr. Deputado Honório, prestem atenção, se calhar pecou pelo tom de voz.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Nesta perspectiva, se os visados quiserem interferir, por favor, inscrevam-se e defendam os números aqui apresentados.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa, artigo 99.º, ponto 2.

O Sr. **Oswaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Está a insultar-me, e a senhora não fez nada. Eu tenho direito a resposta.

A Sra. **Presidente**: — Vamos facilitar os trabalhos. Nós temos entre nós os estudantes que querem aprender conosco, temos a transmissão em directo, as pessoas nos seguem, vamos discutir o Orçamento, na generalidade, com alguma elevação e com alguma ponderação, por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cabral.

O Sr. **Carlos Cabral** (ADI): — Sua Excelência Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Mesa, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e o seu Elenco, Caras e Caros Deputados, nossos convidados, alunos, eu desde já peço a vossa compreensão, porque dá a perceber que abriram a porta do hospício. Mas enfim.

Entretanto, os Srs. Deputados do MLSTP/PSD abandonaram a Sala.

Eram 9 horas e 45 minutos.

O Sr. **Carlos Cabral** (ADI): — Bom, vou ao que interessa.

Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, tomo a palavra para parabenizar o Governo, pelas iniciativas inscritas, tanto nas GOP como no OGE, em relação ao Sector do Turismo. Este sector é deveras importante para o nosso desenvolvimento económico, desde que sejam implementadas medidas concretas e bem definidas, também com pessoas sérias.

É um sector transversal e dinâmico. Ou seja, todo mundo ganha com um pouco de dinheiro. Desde os hotéis, *rent-a-car*, companhias aéreas, restaurações e até os artesãos.

Contra tudo e de igual modo, com algumas medidas inscritas, como por exemplo, sendo que a qualidade da oferta turística determina a competitividade desse sector de destino, um destino emergente como São Tomé e Príncipe precisa desenvolver um trabalho arduo de qualificação da sua oferta.

A Sra. **Presidente**: — Deputado mais novo, se faz favor, para preencher a Mesa.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Cabral** (ADI): — Sendo que a qualidade da oferta turística determina a competitividade do destino, um destino emergente como São Tomé e Príncipe precisa desenvolver um trabalho arduo de qualificação da sua oferta, de forma a satisfazer as expectativas mais exigentes dos visitantes. Um turista satisfeito regressa e recomenda o destino.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

Aplauso do ADI.

Intensificação de visitas de inspectores aos estabelecimentos, de modo a garantir a permanência de higienização e cumprimento da legislação, no tocante à segurança alimentar; desenvolvimento de campanhas de *marketing* com operadores turísticos; participação nas feiras internacionais de turismo, como por exemplo, BTL, Belgrado WTM, etc..

Para se sentir os efeitos desejados, devem fazer parte dessas feiras pessoas capazes para tal, evitando facilitismo. Muitas das vezes quem vai a essas feiras, Excelências, são amigos, famílias e se calhar nem um inglês básico possuem. Ao invés de vender o destino, passam a fazer uma outra coisa qualquer.

Portanto, temos que ter cautela, responsabilização das pessoas, porque é o erário público que utilizam para essas feiras. Portanto, temos que ter muita atenção com isso, se quisermos realmente vender o nosso destino.

O Sector de Turismo bem trabalhado, com objectivos bem traçados, resolverá os nossos problemas económicos, na ordem de 20 a 30%. Porque nós temos tudo para dar certo no Sector de Turismo. Temos que colocar pessoas sérias e certas, no lugar certo.

Por outro lado, está cá inscrito, tanto nas GOP como no OGE, requalificação dos sítios de interesse turístico. Muito bem, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro. Praticamente todos os nossos marcos que os turistas visitam estão totalmente destruídos. Que imagem esses turistas levam? Portanto, é urgente rectificar esses nossos marcos e também muitos outros, sobretudo algumas roças antigas que carecem de algumas intervenções. E se são apoderadas por muitos senhores, «porque é a minha casa», nessa situação, é recuperá-las, mesmo que faça uma pousada.

A questão da saúde e saneamento do meio também anda de mãos dadas com o turismo. Por que é que o nosso turismo ainda não é tão competitivo em termos de bilhete de viagem? A questão da saúde. Não temos uma saúde de qualidade. Automaticamente, faz encarecer o custo do bilhete. Logo, nós não podemos competir com outros destinos.

Outrossim é a questão de honestidade dos operadores turísticos. Muitos turistas consideram São Tomé a segunda casa, há segurança, por aí fora, mas são enganados por muitos. Temos que ter muita atenção com a inspecção. Os inspectores de turismo têm que sair do escritório e começar a fazer o seu trabalho de casa.

O turismo é uma solução para São Tomé e Príncipe, eu tenho a certeza que todos concordam comigo. Até que tenhamos outros recursos, o turismo está à vista, está nas nossas mãos.

Portanto, temos que fazer algo em prol do turismo em São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

Eu vejo muitas acções inscritas por este Governo, tanto nas GOP como no OGE, é de parabenizar. Portanto, sendo eu uma pessoa que está neste sector há muitos anos, estarei cá para colaborar e apoiar. Amanhã, na especialidade, poderei dar mais a minha contribuição.

Obrigado e eu peço, mais uma vez, aos nossos estudantes, que pela primeira vez nos vêm visitar, que não levem má impressão, porque estamos cá todos, mas não somos iguais.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Só para que fique claro, a Mesa, em momento algum, apontou alguma situação de ofensa à honra de qualquer Deputado. Podia haver, sim, uma dose a mais de emoção na voz do Sr. Deputado que fez a intervenção, mas estamos cá todos, todos têm a oportunidade de usar o púlpito, que é nosso, e fazer intervenções no seu tempo.

Portanto, não tenhamos problemas, porque quem saiu, se calhar, queria fazê-lo antes de tudo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino da Veiga.

O Sr. **Jozino da Veiga** (ADI): — Sra. Presidente, Caros Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu Elenco Governamental, convidados, juventude e estudantes que estão cá connosco hoje, muito bom dia.

Começo por dizer que somos um país maioritariamente jovem e hoje temos a presença da juventude na Sala, estudantes que tiraram o dia para estarem cá connosco hoje, para aprenderem alguma coisa. Infelizmente há alguns comportamentos que não ficam bem para nós. Então, o que devemos tirar são boas ilações, bons exemplos, porque o País precisa de cada um de nós.

Quero primeiramente encorajar o Sr. Primeiro-Ministro pela força e vontade que tem de levar este país em frente, e todo o Governo, porque de facto nós reconhecemos que o País não está bem, mas que precisa de alguém que possa fazer o melhor para todos nós. Porque quer a oposição quer um partido qualquer, também beneficiará daquilo que o Governo fará. Logo, todo o esforço que o Governo fará para o bem-estar de São Tomé e Príncipe, é para todos nós.

E um especial agradecimento ao Governo no que toca à nossa diáspora, porque vejo aqui nas GOP algumas medidas que de facto vão ao encontro das necessidades da diáspora. E também reconhecendo a dificuldade que atravessa, gostaria de pedir ao Governo uma atenção especial no que toca à questão da documentação, porque de facto hoje em dia nós precisamos muito, sobretudo a Embaixada de São Tomé e

Príncipe em Lisboa, requer alguma atenção especial do próprio Governo, no que toca à questão de documentação, de forma a ser mais segura e mais séria.

Então, há toda uma necessidade de nós darmos uma atenção especial a isso, bem como aos doentes da junta medica, que também precisam de muita atenção.

Ainda que atravessamos uma dificuldade enorme, o País e o mundo, gostaríamos aqui de pedir, em viva voz, a intervenção do Governo, o mais rápido possível, nessa questão.

Obrigado.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Caros Compatriotas que nos seguem no País e na diáspora, bom dia.

Pedi esta intervenção não propriamente para discutirmos ou trazer alguma proposta sobre a questão do Orçamento, mas estamos na Casa do Povo e temos aqui os nossos visitantes, os estudantes, creio que estão no curso de Língua Portuguesa. Hoje vamos ser escrutinados e teriam todo o gosto de escrutinar a maioria dos Deputados, no que concerne aos léxicos, concordância verbal, e não só. Mas além disso, são todos são-tomenses e obviamente que como cidadãos gostariam de sair daqui percebendo como a Casa vive. Este é o pulsar do Parlamento.

O que aconteceu aqui é um acto que acontece em todos os parlamentos, é o contraditório, também já houve momentos em que o Grupo Parlamentar do ADI abandonou a Sala, mas não por essas razões. Normalmente isso acontece quando a Mesa se comporta mal. Mas até então a Mesa está muito bem. O que aconteceu é que, infelizmente, em São Tomé, quando se toca na ferida, dói.

Foi imputado ao Sr. Ministro das Finanças toda a responsabilidade, o bem e o mal do País está na cabeça dele, disse um deputado, mas o Sr. Ministro continua cá sentado.

Eu, Deputado Abnildo, várias vezes, no Plenário, fui acusado sobre o campo de futebol, que tomei o campo e fiz a minha casa, «Onda da Vitória», continuo aqui. Portanto, o Deputado da Bancada do ADI levantou uma questão, cada um tem o seu tom de voz, se calhar falo com um tom de voz mais mansinho, é o meu jeito, o Sr. Deputado Honório fala em outro tom, como o Sr. Deputado Levy fala no outro tom, cada um tem o seu tom. Certamente a verdade é que toda a República sabe que há casos no Tribunal de Contas com a questão das pontes e que até hoje os cidadãos todos precisam de saber o que aconteceu, se houve subfacturação ou não, e foi isso que o Sr. Deputado Honório falou, do jeito e no tom que falou. Na nossa opinião, não havia motivo para podermos ter esse abandono, mas é legítimo o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD ter este posicionamento. Contudo o trabalho continua, a vida continua e nós aqui, enquanto Deputados, porque também temos este mandato, iremos contribuir naquilo que for melhor para o debate do OGE.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Teodorico Campos.

O Sr. **Teodorico Campos** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, Sras. e Srs. deputados, técnicos que nos acompanham, nossos convidados, diáspora, muito bom dia.

Primeiro, é para unir a minha voz à dos outros colegas, para felicitar o Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, porque também tive o cuidado de ler os dois instrumentos que nos foram concedidos, onde estão plasmadas essas actividades, que é o exercício de todos nós são-tomenses encontrarmos a melhor solução para o nosso povo.

Sr. Primeiro-Ministro, no Orçamento está plasmada a construção, porque já não são reabilitações, são mesmo construções, de pistas rurais que vão ajudar no escoamento dos produtos. A título de exemplo, temos pistas rurais que foram reabilitadas pelo seu governo, aquando da sua governação de 2014/2018, e hoje as nossas populações, as que residem naquelas comunidades, estão com maior vontade de produzir, estão com melhores condições de trazerem os produtos às nossas cidades e distritos, para servir à nossa população.

Uma outra questão é que temos alguns projectos que é preciso que o Governo dê maior atenção, porque temos já os parceiros directos que investem em certas culturas e muitas vezes há outros que entram com

uma outra filosofia para a duplicidade. Temos o caso de dois projectos, um da União Europeia e outro da Cooperação Portuguesa, que se formos ver aquilo que estão a fazer, seria bom que, antes de executarem essas actividades, o Governo acompanhasse directamente esses projectos.

Hoje estamos a falar de escassez de produtos alimentares, particularmente a banana, a matabala e outras culturas, mas é o momento para criarmos cooperativas ou fileiras desses produtos, para que haja uma maior produção e uma maior sustentabilidade para a nossa população. Por isso, é preciso que tenhamos uma maior atenção.

Outrossim, é que sabemos que alguns colaboradores, alguns expatriados, vêm ao País ajudar, enquanto voluntário, e, passado algum tempo, criam suas ONG, criam suas actividades e tiram alguma possibilidade de investimento para que actividades directas possam ser atribuídas e executadas pelas próprias ONG nacionais.

Gostaria também de fazer um apelo. Hoje temos grandes problemas que são de conhecimento de todos, roubos e furtos, mas há um outro problema que assola os produtores, o problema de animais soltos. Sabemos que enquanto um agricultor faz a implementação da cultura de matabala ou de mandioca, de um momento para outro, ele vê tudo aquilo que investiu em prejuízo. Não só o produtor como a sua família e a própria população que precisa também desses alimentos. Por isso, gostaria que através das Câmaras, houvesse um maior acompanhamento junto às comunidades, que se possa fazer maior sensibilização àqueles criadores que têm os seus animais, quer porcos quer cabras, principalmente todos esses que são devastadores. Que possa haver um maior encorajamento e engajamento, porque é verdade que precisamos de carne, aliás, como já havia dito o Sr. Ministro da Agricultura, a produção de carne hoje baixou consideravelmente. Temos situações difíceis, mas de qualquer forma teremos que ter um maior cuidado, para que haja o melhor equilíbrio.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Bom dia a todos os presentes, respeitando a devida precedência protocolar.

Sra. Presidente, ficar calado seria compactuar com o que aconteceu. Não fui ofendido, porque não fui citado, mas sou Deputado e, na minha humilde opinião, a Mesa não esteve bem. Porquê? Porque o Sr. Deputado que usou da palavra dirigiu-se a Deputados concretamente, referiu-se aos nomes dos Deputados e usou a expressão que usou. Eu acho que aos Deputados visados deveriam ter dado o direito de resposta, que está regimentado no documento que nos rege aqui nesta Casa Parlamentar, porque, se não o fizerem, então pergunto, quando é que será uma ofensa? Qual é a expressão que se usa para ser considerada uma ofensa? E estamos a nos nivelar todos por baixo. Infelizmente o povo de São Tomé e Príncipe já está habituado, não só os Deputados como os outros órgãos de soberania insultam-se mutuamente, usando expressões ofensivas até demais. Poucas palavras bastam.

Por isso, Sra. Presidente, acho que não esteve bem.

Ao que nos interessa hoje, aqueles que tiveram a oportunidade e o privilégio de ler Nietzsche, nas suas diversas obras, como: *O Nascimento da Tragédia, Humano, Demasiado Humano, Para além do Bem e do Mal, O Anti-cristo*, há uma outra obra, *Assim falou Zaratustra*, em que nas primeiras páginas ele dizia: «Eu sei que muitos não terão a capacidade de perceber o alcance daquilo que estou a escrever, mas nem por isso me inibo de continuar a escrever».

Pego nas palavras do Nietzsche e digo também aqui que algumas Sras. e Srs. Deputados não têm a capacidade de encontrar o alcance das minhas intervenções, as minhas sugestões e das minhas propostas nesta Casa Parlamentar, salvo alma que não merece, obviamente.

Daí que a minha proposta para hoje é sobre aquilo que discutimos, o êxodo dos jovens são-tomenses para Portugal. Pode-se no meio de tudo isso ir buscar políticas para ajudar não só os jovens que estão a emigrar, como também para ajudar a nossa própria economia. Aproveitar esses jovens que vão para Portugal trabalhar, deixando aqui famílias, e deixando famílias significa que eles vão enviar dinheiro para as famílias que ficaram, nem todos, mas aqueles que puderem fazer alguma poupança. Daí que, quer o Governo, quer o Banco Central, tem que encontrar políticas e mecanismos para que haja maior remessa de divisas desses mesmos concidadãos que estão a sair do País. Políticas administrativas, alfandegárias, bancárias, para que essas remessas de capital possam ser feitas no circuito normal, oficial, no circuito em que o Estado tenha a

capacidade de, com esses recursos, criar políticas para ajudar essas mesmas pessoas. Se saíram, é por um motivo, é porque o País não está bem, e todos temos que reconhecer que falhamos. Em quase 48 anos de independência, falhamos redondamente, todos nós, independentemente da culpa e da forma como o País se encontra. Agora é encontrar, como já disse, mecanismo para reverter a situação.

Como disse o Sr. Deputado Afonso Varela ontem, e muito bem, este é o momento de solenidade e deveríamos de facto, ainda mais quando temos aqui estudantes universitários, transformá-lo em um momento de aprendizado, com intervenções que ajudem a própria juventude, os próprios estudantes universitários a evoluírem no seu dia-a-dia.

Ontem, no Telejornal, sobre a proposta que fiz para a agricultura, vi o Sr. Embaixador Brasileiro, Pedro Luís de Alceró, e a UNICEF, numa creche com as crianças, e o PNASE também, sobre mudanças de hábitos alimentares de nós, os são-tomenses.

Foi a proposta que fiz ontem, que infelizmente alguns, não digo muitos, não entenderam.

A Sra. **Presidente**: — Para dizer que, em linguagens mais académicas e mais bem construídas gramaticalmente, ou nas linguagens mais populares e mais correntes, ofensa é sempre ofensa, e a Mesa não se congratula com ofensa. Uma coisa é certa, a Mesa está cá para dirigir os trabalhos. Houve uma situação pontual, em que dois Deputados foram citados. Por isso, eu dizia que o Sr. Deputado que os citou pecou na emoção e no tom da voz. Estando nós a discutir o OGE, discute-se números, acções governamentais, tanto do Governo anterior como a proposta que temos actual. E foi isso que fez o Sr. Deputado. Na altura, foram citados dois, mas os outros todos que estiveram a pedir para fazer interpelação à Mesa, não foram os citados. E a Mesa está a conduzir os trabalhos. Pode pecar, uma vez, ou outra, pecado é humano, mas enquanto a Mesa estiver a conduzir os trabalhos, é assim que vai ser.

Vamos colocar disciplina, vamos colocar ordem, vamos respeitar-nos.

Aplauso do ADI.

Em linguagem mais *soft* ou aquela mais emotiva, insultos sempre são insultos, e eles são registados. Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Quero cumprimentar a Excelentíssima Sra. Presidente e a Mesa, o Elenco Governamental, chefiado pelo Sr. Dr. Patrice Trovoada, os Ilustres Deputados, os nossos convidados e os Técnicos desta Casa Parlamentar, com a paz do nosso Sr. Jesus Cristo.

Felicito também a Sra. Presidente e a Mesa pelo posicionamento, não ter permitido que houvesse mais distúrbios nesta Casa Parlamentar, umas vez que a Mesa entendeu, na pessoa da nossa Presidente, que não houve ofensas, para que houvesse aqueles comportamentos.

Temos aqui convidados jovens, que precisam aprender connosco e é muito feio certos comportamentos nesta Casa, no entanto, é bom que comecem a ver o tipo de Deputados que temos a defender o nosso povo. Esses hábitos do Partido MLSTP/PSD já é recorrente e vocês, como mais jovens, precisam estar atentos, para verem...

Aplauso do ADI.

... as suas *malabarices*.

Em João 8:32, que é no livro da lei divina, diz: «Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.» Assim disse Jesus, quando esteve na terra. O povo precisa conhecer a verdade sobre o Partido MLSTP/PSD, e o nosso queridíssimo Deputado Honório só citou um pouquinho da verdade que conhece, mas como a verdade dói, doeu, abandonaram a Sala. Mas é bom que o povo fique atento, para saber a quem deve atribuir os seus votos. É bom que fique atento, para saber aqueles que estão realmente engajados com o problema do povo, aqueles que têm amor e que estão dispostos a trabalhar para o povo, para melhorar a situação económica e social deste país.

Nós, em quase 48 anos de independência, ainda...

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, cinja a sua intervenção àquilo que é a questão orçamental.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — ... ainda vivemos um clima de ódio no nosso país, que para nada ajuda no melhoramento da vida deste povo, que tanto sofre e já sofreu demais.

Quero também, em nome de toda a diáspora, felicitar o Governo encabeçado pelo Dr. Patrice Trovoada, por ter tido a preocupação de citar a diáspora no seu Programa governamental, uma vez que temos uma diáspora com diversos tipos de problemas, sobretudo na questão de documentos, como passaportes e bilhetes de identidade. Sr. Primeiro-Ministro, é um problema que tem afligido muito a nossa comunidade na diáspora. Vou dar só um exemplo. A pessoa em Luanda que queira ir a Portugal teria que pagar um bilhete para São Tomé, para conseguir um passaporte, e depois pagar novamente um bilhete para ir a Portugal. Isso fica muito dispendioso.

No entanto, quero felicitar o Governo pela atenção especial que tem dado a este e outros assuntos, uma vez que, nos 5 meses de governação, tenho conhecimento de que o Governo tem envidado esforços para resolver essas e outras questões, mas eu não poderia deixar de falar disso aqui, porque é o que a diáspora precisa ouvir. Se não citarmos este e outros problemas da diáspora, então não valia a pena termos sido eleitos, para estar cá a representá-la.

Temos também um problema na diáspora, a questão da pobreza e dificuldades que muitos têm enfrentado. Isso fez com que muita gente pretenda regressar ao País, para ver se reinicia, mas nem a possibilidade para comprar um bilhete tem.

Queria apelar ao Governo que se pudesse ver, dentro das possibilidades, porque sabemos a situação em que o País se encontra, que encontrasse uma solução, ainda que fosse uma vez por ano, um transporte que pudesse trazer pessoas que queiram regressar ao País, porque continuar a viver como vivem não pode continuar, e é bom que encontremos uma solução.

A outra questão que queria pedir ao Governo é que, se encontrasse...

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, acho que essas sugestões teriam melhor enquadramento na análise na especialidade. O Sr. Deputado poderia sugerir alguma alocação, mas teria que ser no fórum da especialidade. Agora estamos a discutir na generalidade e estamos a colher questões gerais ligadas ao Orçamento.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Esteve cá um deputado e disse que a Sra. Presidente esteve muito mal, mas na nossa opinião tem estado muito bem atenta e ainda bem que temos uma Presidente capacitada e à altura para responder aos nossos desafios, porque às vezes usamos linguagens que diminuem as pessoas. Esse é o nosso hábito como são-tomenses, e não sabemos reconhecer.

Aplauso do ADI.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão que toca no ponto n.º 2, que fala sobre a integração da diáspora no Programa do Governo, queremos que o Governo, na cabeça do representante ou do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, quando pudesse ou achasse oportuno, viesse aqui dar algum esclarecimento que a nossa diáspora almeja ouvir. A diáspora está muito esperançada desse novo Governo e aguarda com alguma expectativa. A esperança estava quase morta, mas Deus levantou um novo Governo, que vai resolver os problemas que vivemos na diáspora.

Então, para não salientar mais, ficam aqui esses apelos ao Governo, e que toda a diáspora que esteja a acompanhar este debate possa estar atento e aguardar com boa esperança e demonstrar toda a disponibilidade em colaborar com o Governo, para que possamos avançar. Estamos prontos para trabalhar com o Governo em todas as esferas.

Muito obrigado, agradeço a deus também por esta oportunidade e peço que o Sr. Deus, nosso Pai, resplandeça o seu rosto e abençoe São Tomé e Príncipe, em nome de Jesus.

Obrigado.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente** (ADI): — Muito obrigada, Sr. Deputado Lourenço Freitas, que é o nosso representante para a diáspora africana.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, eu gostaria de focar dois aspectos, todos eles ligados ao Ministério da Saúde e Protecção Social. É verdade que estamos na generalidade, mas vou chegar. Vejo na Proposta das Grandes Opções do Plano a intenção do Governo, que vem em resposta a umas das directrizes do Programa do Governo, que é «execução de um programa que assegure o desenvolvimento sustentável e inclusivo», tendo em conta o aumento do custo de vida da população, coadjuvado, neste caso, se posso usar este termo, com a inflação que nós conhecemos no País e o rendimento das famílias. É verdade que o Governo, nas Grandes Opções do Plano, elenca um conjunto de acções para mitigar o impacto negativo da situação actual das famílias, mas nós temos uma classe especial que felizmente desde ontem está a nos acompanhar, creio que são cerca de três, mas eu vejo mais alguém na Sala, quatro associações, dos Deficientes Físicos, dos Cegos e Amblíopes, dos Albinos e também dos Surdos e Mudos. Desculpem-me se tiver errado algum aspecto. Portanto, a minha proposta, quando chegarmos à especialidade, é se nesta política pode haver algum reforço, eu falo na presença do Sr. Ministro das Finanças, na perspectiva de o Governo apoiar esta classe.

Um outro aspecto, nós sabemos, é a transversalidade. O Sr. Deputado Carlos fez menção ao turismo. Nós sabemos que a nossa economia é frágil e, tendo em conta essa fragilidade, a nossa dependência dos recursos externos e dos parceiros, há um sector sim, concordo com o Sr. Deputado, que é o turismo que nós podemos muito bem dinamizar, para arrecadação de receitas. Mas esse sector é transversal, vai requerer de nós o saneamento, a melhoria da energia eléctrica, água, etc. Contudo, por mais que a gente melhore as condições energéticas e melhore as condições de transporte, há um elemento que não pode deixar de existir e não pode deixar de sair das nossas mentes. Eu, na legislatura passada, disse que enquanto eu estiver aqui, vou bater nessa tecla, que é a questão da saúde. Portanto, o Estado são-tomense, de algum tempo a esta parte, já assumiu que o turismo é um sector para alavancar a economia, mas não podemos fazer o turismo sem a saúde. É verdade que a política de saúde não se resume apenas à construção de um hospital. A política de saúde é vasta, desde os cuidados primários de saúde, etc., mas, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro das Obras Públicas, Sr. Ministro da Saúde, a República tem sempre ouvido os cidadãos, neste caso, quanto à questão da requalificação ou construção de um novo hospital para São Tomé e Príncipe. Sabemos que os olhos também comem. Porque há pessoas que, estando com alguma enfermidade, quando se deslocam a um centro de saúde, pelas condições que encontram, podem sair satisfeitas ou pior. Se encontrarmos lá coisas velhas, coisas partidas, associadas ao próprio atendimento, não estou a dizer que há mau atendimento, porque há bons médicos e bons enfermeiros, mas nem todos são bons, portanto, quando nós temos conforto, mesmo no local de trabalho ou na nossa casa, por mais que seja pobre, desde que esteja limpa e asseada, dá-nos gosto de lá ir. E quando a gente visita um hospital, queremos sair de lá satisfeitos. Então, a minha questão é, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, sobre a tão falada obra do hospital, o hospital de raiz, quando é que nós teremos esse hospital, já que este Orçamento não espelha, em toda a sua plenitude, esse aspecto. Fala, sim, sobre a questão do estudo, mas sobretudo esse hospital do Fundo do Kuwait, como é que está? Porque há um orçamento, mas ouve-se que saiu de 17 milhões de dólares para 32 milhões de dólares. Portanto, nós gostaríamos de ter uma explicação.

Muito obrigado.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente** (ADI): — Muito obrigada, Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar do MCI-PS/PUN.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Sras. Ministras, Caros e Caras Deputadas, estudantes que estão aqui hoje connosco, representações das associações aqui presentes, Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora, bom dia.

Eu tomo a palavra para dizer que o Orçamento Geral do Estado, que é o que nós estamos aqui a discutir na generalidade, no que toca à defesa a nível nacional.

Eu trago esta preocupação, porque a defesa é uma instituição que não só dá segurança às instituições, mas também à própria população. Eu tenho ouvido reclamações de alguns polícias, que são eles que compram os seus próprios fardamentos, e muitas vezes vemos alguns um bocado desconformes. Então, é esta ideia que eu trago, caso haja alguma coisa a fazer, para dignificar alguns serviços nossos que sabemos que é de inteira importância.

Eu também trago aqui outra preocupação, que é sobre muitos serviços que não estão descentralizados. Não havendo descentralização dos serviços, nós corremos o risco de fazer com que as coisas se acumulem, porque tudo fica concentrado. Eu trago a ideia aos membros do Governo, que haja descentralização de alguns serviços, principalmente os serviços da EMAE e bancos, mesmo sendo um serviço privado, porque é inadmissível que no Distrito de Caué, sendo o Distrito mais distante a nível de São Tomé, só tenhamos uma caixa, onde se vai levantar o dinheiro com o cartão. Quem não tem o cartão tem que ir até Santana ou mesmo à Cidade Capital. Seria bom que pudesse haver descentralização desses serviços, porque ficam-nos bastante caro devido à distância. Dou só o exemplo da EMAE. Eu peço a descentralização da EMAE, porquê? Porque a direcção da EMAE, a nível nacional, tem um dia por mês que vai para o Distrito fazer a recolha de valores, ou seja, daquilo que o cliente deve. Se houvesse descentralização, seria bom, porque muitas vezes os técnicos deslocam-se para lá e as pessoas não estão em condições de pagar o valor. Então, essas pessoas são obrigadas, quando tiverem o valor, a vir à Cidade, ao escritório ou sede da EMAE, para fazer o pagamento das suas facturas. Tendo os trabalhos da EMAE descentralizados, assim que as pessoas tenham a possibilidade de pagar, elas vão pagar seja lá que dia for. Assim, o montante não acumula. Isso pode fazer com que não haja todas essas dívidas. Pelo menos dizem que o Estado é o maior devedor, e também os clientes. Isso deve ser a causa dessas dívidas, porque o serviço não está próximo da população. E não estando próximo da população, faz com que as pessoas, muitas vezes, vão adiando o pagamento. Olha, hoje que eu não tenho dinheiro, vieram cobrar. Amanhã eu não tenho, mas na próxima semana, se eu tiver, eu vou ver o valor do transporte que eu tenho para pagar. Só para vos informar, a população de Caué, em Angolares, paga o transporte 50 dobras, para vir à cidade e 60 dobras, para ir para casa. Como as pessoas sabem que, estando na Cidade, obrigatoriamente, temos que ir para casa, acrescentaram mais 10 dobras em cima do valor, que na altura era 100 dobras, agora são 110 dobras, depois as pessoas são obrigadas a tomar o pequeno-almoço e o almoço, muitas vezes quando não conseguem dar as diligências todas.

Então, são essas as preocupações que eu trago e no momento de especialidade eu posso ver, naquilo que está orçamentado, algumas verbas que nós podemos alocar para que essas acções sejam feitas, tanto a EMAE como o GIME, eu volto com a preocupação do GIME, meus senhores e minhas senhoras, porque o GIME está numa situação que deve haver também alguma descentralização. Sr. Primeiro-Ministro, entregue às Câmaras Distritais o GIME. Isso vai folgar o Governo. Cada Distrito vê as pessoas que na realidade querem e estão com vontade de trabalhar. Nós estamos com problemas no Distrito, porque as árvores quase acobertaram as estradas e são as pessoas da Câmara que estão a trabalhar. São essas pessoas que estão a trabalhar.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente** (ADI): — Muito obrigada, Sra. Deputada e Líder Parlamentar.

Assim que o Governo quiser fazer a sua intervenção, a qualquer momento, pode informar.

Temos inscrito o Sr. Deputado Baltazar Quarema.

O Sr. **Baltazar Quarema** (MCI-PS/PUN): — Sra. Presidente, Mesa, Caras e Caros Deputados, Excelências, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo: Eu pretendo fazer uso da palavra, para fazer um apelo a Sua Excelência o Ministro da Ordem e Segurança Interna. Se nós olharmos para o que está elencado nas GOP e no OGE, no que diz respeito ao sector de Administração Interna, vamos constatar algumas medidas em destaque. Ora vejamos: «Adopção e implementação de medidas que permitem melhor funcionamento das instituições públicas e demais sectores; melhorar as condições técnicas da Força e Serviço de Segurança; reformar o sistema de segurança interna com vista a obter maior coordenação e concentração de recursos humanos, financeiros e materiais, conseqüentemente, combater com maior eficácia as várias tipologias de crime.» Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, eu gostaria que mandassem criar uma equipa, se assim podemos entender, para fazer uma inspecção à Polícia Nacional. E gostaria que essa inspecção focasse mais na classe dos agentes e subchefes. Essas classes que eu menciono é que praticamente são, digamos, o pivô da Polícia, enquanto deveria ser as classe mais altas, quando se fala de Comissário, Subcomissário e por aí afora.

Os agentes e subchefes trabalham arduamente, enquanto as outras classes superiores estão nos gabinetes, nas paródias, nas festas combinadas entre eles. Essas classes a que me refiro, dos agentes, são maltratadas e humilhadas, como os senhores nem imaginam. Eles trabalham porque acham que é uma oportunidade, é um emprego e de qualquer forma têm que suportar, porque têm que levar o sustento para as suas famílias. Passam muita privação. Eu digo isso com conhecimento de causa, com propriedade. Como é

possível a classe dos oficiais, de que se espera maior responsabilidade e exemplo, seja os mentores da rebelião na Polícia? Nessa actual direcção, vocês não imaginam as ameaças que eles sofrem, vinda da direcção anterior, compactuada com o governo anterior. Há oficiais pontuais, eu não quero citar aqui nomes, que clandestinamente se reúnem para procurar formas de abater essa direcção, minando os agentes. Daí que, tendo em conta que nós estamos a falar de segurança interna, como é que a própria polícia ameaça a segurança e põe em causa a segurança. É terrível, é crítico, é triste. Façam supervisão, façam visitas, para colher melhores subsídios, para se inteirarem do assunto.

Sr. Primeiro-Ministro, eu quero aqui encorajar o senhor a manter-se firme com o seu Programa de governação. Eu não quero aqui idolatrar o senhor. O que eu quero dizer é que, no meu modesto entendimento, na minha modesta percepção, melhor dizendo, o senhor é como o pão nosso de cada dia do anterior Governo, visto que na ausência, nas eleições presidenciais, o senhor indicou um candidato, uma figura para concorrer às eleições, e ganhou. Senhor veio uma semana, pediu ao povo maioria absoluta e, se não lhe desse, não governaria. O povo deu-lhe. Logo, o que isso demonstra? O povo confia no senhor.

Aplausos do ADI.

Mantenha-se firme no seu trabalho, porque o povo é que, nas eleições, faz o julgamento. Portanto, o senhor tem que tocar o barco para frente. Não se preocupe com as politiquices do partido que não está interessado no desenvolvimento deste País. Pelo contrário, destruíram o País...

Aplausos do ADI.

...e querem que o País continue assim. Nós não vamos aceitar. Nós do MCI estamos consigo, se de facto o senhor fizer um trabalho excelente em prol do desenvolvimento desta Nação, deste povo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente** (ADI): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional.

O Sr. **Patrice Trovoada** (Primeiro-Ministro): — Sra. Presidente, Mesa, Sras. e Srs. Deputados, diversas associações de Pessoas com deficiência, que têm acompanhado desde ontem este debate, jovens estudantes que estão aqui connosco hoje, bom dia.

Eu vou tentar responder a algumas questões que foram levantadas aqui, e como poderão compreender, algumas outras questões farão parte do debate na especialidade, e os ministros poderão perfeitamente interagir com os Deputados, no sentido de melhorar a nossa proposta.

Talvez comece pela diáspora.

Visto que me informaram que os estudantes que estão aqui são do curso de Língua Portuguesa, e nessa matéria não sou melhor que os estudantes, mas é a realidade de São Tomé e Príncipe.

Nós temos mais de 70 000 são-tomenses na diáspora. Na Inglaterra, em França, em Luxemburgo, mas também Portugal, Angola, Gabão, Guiné-Equatorial, Cabo Verde, Moçambique, Alemanha, para os países que são mais significativos, em termos de presença de são-tomenses. Somente falando da Inglaterra, são mais de 20 000 são-tomenses, 10%, mais ou menos, dos são-tomenses residentes em São Tomé e Príncipe. Por isso, espero que estejam a trabalhar, mas também a fazer filhos, que também serão são-tomenses. Toda essa diáspora irá enriquecer São Tomé e Príncipe. Nós temos a consciência da necessidade desses filhos dos nossos emigrantes, não só se apropriarem da identidade são-tomense, mas também da língua portuguesa. Por isso é que o Governo irá continuar a criar condições para que, na diáspora, se possa desenvolver acções no sentido de que os filhos dos nossos emigrantes tenham contacto com a língua portuguesa.

No Gabão, temos algumas dificuldades, tínhamos uma estrutura que precisamos reactivar, mas é objectivo do Governo ter esse tipo de estrutura em todos os sítios em que se encontram os são-tomenses.

As outras preocupações a nível da diáspora estão presentes, a questão específica de documentos também. Só quero informar ao Deputado para África, residente em Angola, que tal como em Portugal, Angola vai beneficiar, os equipamentos já chegaram, de um equipamento permanente para a recolha de dados. Por isso, uma vez que a calibragem é feita com os Serviços de Migração e Fronteiras, esse problema de vir buscar o documento e São Tomé e Príncipe vai desaparecer. Haverá lá o equipamento, já existe, e vai ser resolvido.

Aplauso do ADI e do MCI/PS-PUN.

Quanto à questão dos GIME, existe 15 milhões, estamos de acordo a nível da fiscalização, a nível de melhor aproveitamento os mesmos, se estivessem ligados directamente às Camaras, talvez haveria um melhor aproveitamento, tal como a Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN frisou aqui.

Quanto aos pagamentos, o que é preciso perceber é que a preocupação que está neste Orçamento e a preocupação permanente do Ministro das Finanças é poder assegurar a regularidade dos pagamentos, para depois um dia pensarmos na descentralização a nível dos pagamentos. Mas, hoje, o grande desafio é assegurar a regularidade dos pagamentos. Digo isso também para as associações de deficientes e para todos aqueles que beneficiam de transferência a nível dos sectores sociais. A grande luta para os últimos 6 meses deste ano fiscal é assegurar a regularidade dos pagamentos, porque pagar salários e fazer outras transferências em São Tomé e Príncipe hoje, estamos a falar, mensalmente, em mais de 5 milhões de dólares, e não é fácil.

Quanto à questão que foi levantada aqui sobre a Defesa Nacional, Segurança e Ordem Interna, faço uma recomendação aos Srs. Deputados, se posso ter essa possibilidade, existem comissões especializadas na Assembleia Nacional, e certas matérias têm que ser discutidas nas comissões especializadas. Penso que neste palco não se pode discutir certos aspectos daquilo que foi abordado aqui. Mas quero dizer a todos que o Governo está consciente das dificuldades das Forças de Defesa e Segurança. O fardamento não é comprado pelos elementos das Forças, existe uma verba para o fardamento. Essa verba é insuficiente, mas felizmente também beneficiam da cooperação internacional para a questão do fardamento.

A alimentação é crítica, essa questão já vem de alguns anos, o valor da alimentação não tinha sido revisto, mas neste Orçamento existe uma verba especial para o reforço da alimentação. No mínimo, iremos reforçar a alimentação em 30%, e estamos a estudar também um outro aspecto que é alimentação para as Forças de Defesa e Segurança na Região Autónoma do Príncipe, considerando que devido ao nível de inflação no Príncipe, a verba tem que ser reforçada, particularmente para as Forças de Defesa e de Segurança que estão residentes no Príncipe.

O resto, penso que não haja problema. Questões de indisciplina são recorrentes nas Forças de Defesa e de Segurança, não vou falar nem de uns nem de outros, há muitas falhas a todos os níveis, todos sabemos. Os motoqueiros sabem, as palaiês, as pessoas que têm bens, não só a nível da Polícia Nacional, também a nível da Polícia Judiciária. Só para informação, há mais de 2000 processos que nunca foram tocados a nível da Polícia Judiciária. Isso é grave. Por isso, estamos aqui para reformar e reestruturar as coisas. E isso não se faz em 6 meses. Este Orçamento de 6 meses não vai permitir, mas nas GOP estão inscritas políticas que ao longo deste mandato estamos convencidos que irão inverter a situação. Estamos consciente dos problemas, é preciso trabalhar, reformar, é preciso coragem para ultrapassarmos isso tudo.

Também existe o Plano de Modernização da Administração Pública, que vai permitir melhorar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, nomeadamente aqueles que vivem nas regiões mais remotas, mas também digitalização, pagamento electrónicos, etc., vai permitir uma maior inclusão, uma maior coesão social e também reduzir custos para as pessoas e as empresas.

Achei interessante o debate sobre o arroz. De facto o Sr. Deputado do BASTA tem razão em levantar esta questão. O nosso país tem visto a taxa de diabetes aumentar muito, excesso de açúcar, problemas de qualidade de alimentação, mas também, ao fim de mais de 22 anos, salvo erro, de ajuda alimentar de arroz, criaram hábitos que não se pode mudar de um dia para outro. Se não houver arroz, temos distúrbios. Pode haver banana, fruta-pão, matabala, mas se não houver arroz, temos distúrbios e se não houver arroz do Japão, temos ainda mais distúrbios. Porque o arroz do Japão, além de ser a componente de ajuda alimentar, aquela ajuda que nos permite também dar refeições nas escolas às crianças, é também fonte de negócio para muitas famílias que conseguem assim, em algum período do ano, transformar-se em comerciantes, e é um arroz que é vendido muito abaixo do seu valor do mercado. Então, estruturalmente, o arroz do Japão entrou neste país, não é para ficar, não pode ser, mas também não podemos, de uma maneira radical, cortar essa questão, porque vai desestabilizar mais do que concertar. Então, temos que ter confiança, sim senhor, desse fenómeno e, paulatinamente, nos libertarmos de mais uma dependência, que é a do arroz do Japão. Isso está na visão do Governo a médio prazo.

A questão do Hospital, sim, a saúde é fundamental, voltarei a falar de saúde, quando falarei do turismo, mas especificamente quanto ao Hospital financiado pelo Koweit é também uma pergunta que vem várias vezes. Em 2016, tínhamos um acordo de 17 milhões de dólares, assinado para a construção de um hospital. Estamos em 2023. Quando chegamos ao poder, em finais de 2022, disseram-nos que havia um novo projecto de um hospital para cerca 34 milhões, com o Fundo do Koweit. Dissemos que não tendo financiamento para

34 milhões, deveríamos rever esse projecto e deveríamos entrar em contacto com o Fundo do Koweit, para vermos o que podemos fazer.

É verdade que lá já vão 6 meses, mas encetamos contactos com o Governo do Koweit, estamos em contacto, também tem as suas preocupações, porque de facto, se assinamos um acordo em 2016 e 7 anos depois não há hospital, se calhar o Governo do Koweit disse que isso não é prioridade para São Tomé e Príncipe. Então, sim senhor, querem vir discutir, mas temos os nossos problemas, vamos agendar. E o último contacto que tivemos com o Koweit disseram-nos que estavam a fazer uma remodelação ao nível do Governo e depois voltaremos a conversar. Por isso, ouviram que fui ao Koweit. Fui lá por causa do Hospital, não fui passear.

Aplauso do ADI.

Mas esse problema de atraso na execução das obras penaliza o País. Por isso, a nossa administração, qualquer que seja e de qualquer partido que governar, tem que se preocupar de facto em executar as obras. A execução das obras permite emprego, entrada de divisas no País, mexer com actividades económicas e permite que as coisas aconteçam.

Estamos à espera, há 6 anos, de um hospital de referência. Desde 2016 havia financiamento, fizemos outras coisas. Mesma situação para a Marginal. Toda gente pergunta sobre a Marginal. Sobre a Marginal, assinamos em 2017. O projecto inicial era Pantufo/Aeroporto, salvo erro, 25 milhões estavam disponíveis. Hoje, com a inflação, atraso, etc., estamos com um projecto de 38 milhões, mas estamos ainda com um financiamento de 25 milhões. Por isso, em vez de fazermos Pantufo/Aeroporto, se calhar vamos ficar em Pantufo/CKado, depois temos que ir a busca de mais dinheiro para fazer, CKado/Aeroporto. Mas se em 2017 tivéssemos acelerado as coisas, já estaríamos com a obra feita. Quando digo que a culpa é nossa, é culpa nossa.

As outras questões que foram levantadas em relação às pistas rurais, sim, são fundamentais, temos um programa de pistas rurais, está no Orçamento, para escoar os produtos, mas também para abrir novas rotas turísticas, para que os turistas possam circular melhor no interior do País, e não ficar somente na zona do litoral.

Saída de jovens para Portugal. Penso que a circulação de pessoas e bens é algo positivo, não estou contra, e espero que se torne ainda mais fácil podermos ir a Portugal, e não só. Há uma questão que acho que é questão de moralidade a nível global. Estamos aqui a falar de política de turismo, queremos que os estrangeiros venham cá, e não podemos ir lá. Pessoalmente, acho que não é correcto. Queremos que os americanos venham conhecer São Tomé e Príncipe, não podemos ir conhecer a América?

A nível da CPLP fizemos progresso, quanto à mobilidade e temos ainda que fazer mais progresso. Existem danos colaterais, muitos querem sair e ir para Portugal. É um problema, mas a vida está cheia de problema. Não é só um problema são-tomense. O mesmo fenómeno em Angola, Guiné-Bissau, etc., etc., e não é só um problema dos jovens. Temos muitos funcionários que já estão em Portugal. Têm família e emprego em São Tomé e Príncipe, mas foram para Portugal. Temos polícias que estão em Portugal, todos os dias estão a sair, empregados de mesa, empregados da construção civil, temos até técnicos superiores de empresas privadas que estão a ir para Portugal. É uma situação com a qual agora temos que lidar e é um problema fundamentalmente de falta de oportunidade ou de uma percepção de que as oportunidades lá fora estão melhores que em São Tomé e Príncipe e também um problema ligado ao facto de que acreditamos ou não. Pode não haver oportunidades em São Tomé e Príncipe, mas se acreditamos no País, ficamos, porque temos uma expectativa. Se não acreditamos no País, não acreditamos sobretudo nos dirigentes do País, vamos embora. Ou se acreditamos que um dirigente está maluco em querer ser dirigente, vamos embora. Temos que acreditar que é possível. Mas temos que ter o direito também de ir experimentar outras realidades, e nós que estamos aqui temos que continuar a criar condições, quer para que uns fiquem, quer para que outros regressem. É da nossa responsabilidade criar condições. Eu diria que ninguém pode dizer que isso aqui está bem e está atractivo. Não está. Vamos criar condições e também vamos dizer aos nossos parceiros que não vamos formar gente para eles, não vamos gastar dinheiro nos centros profissionais, como Victor Sá Machado, etc., formar enfermeiros para Portugal. Ou então Portugal tem que reforçar a capacidade de formação aqui, para aproveitar da mão-de-obra que estamos a formar aqui para eles. Isso está na visão do Governo. Querem levar professores de Português, reforcem a capacidade de ensino, as vagas aqui, os professores, para formamos os próximos professores de Português que vamos mandar para Portugal. Alguns ficarão cá, outros irão para Portugal.

Aplauso do ADI.

Sobre o turismo, como viram nas GOP, é uma das prioridades. E como foi dito aqui pelo Deputado do ADI, o turismo é transversal, mas não estamos a dizer que o turismo é uma prioridade, por ser um *slogan*. Estamos a dizer que é uma prioridade, é um dos pilares essenciais do crescimento económico de São Tomé e Príncipe.

Só quero dizer aos presentes que basta termos um avião todos os dias que traga 30 turistas, são 100 000 turistas por ano. Basta o turista gastar, em média, na sua estadia cá, 1000 euros, mas que gasta cá, não em agências de viagem lá, são 100 milhões de dólares para o País, são quase 30 vezes a produção do cacau. E 30 turistas por dia, não conseguimos? Conseguimos. Então, temos que estar concentrados a trabalhar, a criar condições, porque é possível e as condições é aquilo que o Sr. Deputado disse, requalificação das estradas, dos sítios turísticos, saneamento, tratamento do lixo, saúde que beneficie os turistas, mas beneficie os são-tomenses, segurança para as pessoas e bens. Estamos de acordo, mas há uma coisa que o Sr. Deputado disse que é importante, que é a inspecção. O nosso país precisa de inspecção em vários sectores, não só no sector turístico, hotéis e restaurantes. Temos também que nos apropriarmos dessa questão de inspecção, da responsabilização e da tomada de medidas. Inspeção ao nível do turismo, das universidades, da Justiça. Temos que de facto dar atenção a inspecção, mas também esses aspectos estão nas GOP.

Só peço a vossa compreensão, mais uma vez, porque estamos a discutir para 6 meses. E há um debate que sempre tivemos aqui na Assembleia Nacional que é as GOP, se é plano não pode ser 6 meses, porque em 6 meses é evidente que nenhuma política pode realmente ser implementada. É, digamos, para nós o Governo uma perspectiva que viremos cá discutir todos os anos, mas diria que estamos na perspectiva dos 4 anos.

Acho que foi mais ou menos tudo, pedi uma informação, mas não me chegou ainda, mas quero só frisar isso, porque habitualmente não ligo essas coisas e não gosto de falar quando as pessoas estão ausentes, mas é preciso não induzir o nosso povo em erro e não provocar indignação nas pessoas, quando não é necessário. Honestamente, não sei se gastei 25 000 euros por viagens. Pedi ao Ministério das Finanças para dizer quanto gastei em viagens, o tamanho da minha delegação, quantas viagens, para fazermos as contas, porque não tenho nenhum problema com isso. Não acredito que se consiga resolver alguns problemas financeiros urgentes deste País por reunião via *zoom*. Não acredito.

Por isso, aquilo que for necessário fazer para resgatar uma situação grave financeira, aquilo que for necessário fazer para que as reservas cambiais do nosso país possam ser reestabelecidas, para termos boas relações com os nossos vizinhos, que muitas vezes nos acodem nos momentos difíceis, eu farei.

Depois de contabilizar isso tudo, Sr. Ministro das Finanças, contabilize também as viagens que fiz, que não custaram um tostão ao Estado, porque existem também.

Aplauso do ADI.

Contabilize algumas facturas de hotel que tenho que pagar, porque se com 190 euros tivesse que alojar-me em algumas conferências, tinha que, se calhar, ir para os subúrbios das cidades, porque não poderia estar nos hotéis em que um chefe de governo, com alguma dignidade, tem que estar.

Contabilize os carros que tenho que alugar, porque se não iria para conferências em *uber*, com o dinheiro que você me dá para viajar. Contabilize.

Sejamos sérios, porque o assunto do País é sério! Quando Portugal nos salvou, em Dezembro, com um donativo de 15 milhões de euros, eu iria pedir via *zoom*?

Os problemas que temos com o FMI, e o Sr. Ministro sabe como fomos recebidos, e bem recebidos pelo FMI em Dezembro, iríamos ser recebido assim via *zoom*?

E muitas coisas que acontecem, via *zoom*? Quando o anterior governo assinou com Angola o reconhecimento de uma dívida de 272 milhões de dólares de dívida de combustível para hoje pagarmos, Angola iria recuar via *zoom*? Sejamos sérios e tenhamos o mínimo de respeito para com o povo e para com a juventude, que pergunta o que vai nos acontecer com esses dirigentes!

Sr. Deputado que esteve aqui e que levou a polémica sobre emoção ou ofensa à honra, acho que não precisamos de ir até esse ponto. Não me levantei da minha mesa com um documento, mas podemos evitar polémicas, se o País funcionar.

Tivemos aqui a fazer conta com GIME, tudo bem. Temos um relatório do Tribunal de Contas de 2020. Esse relatório sobre as obras, o que pede? Pede a uma pessoa do sector para repor setecentos e tal mil euros ao Cofre do Estado. O relatório está aqui, de 2020, e acho que há uma decisão de condenação. Se

calhar, teríamos um pouco mais dinheiro para pagar o GIME. Não precisamos de estar aqui em insultos, precisamos que o País funcione. Um relatório, uma condenação para repor o dinheiro, estamos em 2023, o que se passa? O País tem que funcionar.

Deixem de atirar pó aos olhos das pessoas. O País tem que funcionar. O que pedimos é que a Justiça seja justa, que não haja perseguição, que não haja difamação, que não haja insultos, mas que as coisas funcionem. E quando as coisas começarem a funcionar neste país, teremos paz, riqueza, alegria e teremos menos pessoas a querer sair para viver noutras partes, onde às vezes passam pior que em São Tomé e Príncipe.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Estamos na discussão, na generalidade, das GOP e do OGE para o Ano Económico 2023.

Não havendo qualquer deputado inscrito, podemos dar por finda a discussão e passaria, já agora, a submeter a esta Augusta Assembleia as Propostas de Lei n.ºs 01 e 02/XII/1.^a/23 – Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2023, para aprovação na generalidade.

Vamos submeter à votação, em primeiro lugar, a Proposta de Lei sobre as Grandes Opções do Plano.

Submetida à votação, foi aprovada com 35 votos a favor, sendo 30 do ADI e 5 do MCI/PS-PUN, e 2 abstenções do BASTA.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Vamos submeter, para o mesmo efeito da aprovação na generalidade, a Proposta de Lei sobre o OGE para o Ano Económico de 2023.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor e 2 abstenções.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Continuando os nossos trabalhos, gostaria de solicitar os Grupos parlamentares se têm alguma declaração a fazer à volta do OGE e das GOP.

Tem palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, a Bancada Parlamentar do MCI/PS-PUN votou a favor deste diploma tão importante para a governação e para São Tomé e Príncipe, porque o País precisa de avançar, precisa de sair da situação em que está.

Votamos a favor deste diploma, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, porque com este instrumento vão poder fazer algo, não pensando nas pessoas ou grupos individuais, mas sim no povo de São Tomé e Príncipe, fazendo um trabalho de amor, porque só quem tem amor faz algo pelo outro, e é com esse amor que Deus criou o homem, e criou o homem à sua imagem e semelhança. Nós somos a imagem e semelhança de Deus. E se somos a imagem e semelhança de Deus, Jesus Cristo no disse: «Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei.» Porque só amando uns aos outros, todos juntos, vamos tirar este país da situação em que se encontra, com a ajuda de Deus.

Aplauso do ADI.

Votamos a favor desse Orçamento, mas nós vamos estar atentos, vamos fazer o papel que o Regimento da Assembleia Nacional nos confere, que é fiscalizar as acções governativas.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor é pai. Neste momento, tem o poder de ver se há algum ministro, algum director, algum funcionário que vem criar perturbações, que vem fazer com que este país fique parado. Tome medidas! Tome medidas e conte com o MCI.

Aplauso do ADI.

Sem mais delongas, nós pedimos a todos os cidadãos são-tomenses, dentro e fora do São Tomé e Príncipe, que tenhamos paciência, porque quem tem paciência não come cru, quem tem paciência chega longe. E nós temos histórias que falam de tartaruga. Eu, enquanto criança, ouvia muito essas histórias da tartaruga e do macaco.

Não sei se vocês sabem, como alunos, com esse leve, leve da tartaruga, a tartaruga fez o quê? Ganhou a proposta, chegou à meta. E são essas palavras de encorajamento que eu quero deixar ao povo de São Tomé e Príncipe. Que tenhamos paciência, porque quem aguentou 48 anos pode aguentar mais 4 anos, mas aguentando 4 anos para melhor...

Aplauso do ADI e do MCI/PS-PUN.

...e que São Tomé e Príncipe seja um país que dá o gosto de viver, de onde as nossas jovens, os nossos jovens não sinta vontade de sair.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar da Bancada do MCI/PS-PUN

Tem a palavra o Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e a sua Equipa, Sras. e Srs. Deputados, nossos Ilustres Convidados, bom dia.

Eu começaria por dizer ao Governo que o Orçamento que ora aprovamos, na nossa perspectiva, é um orçamento que espelha a realidade do País. Já dissemos ontem que este é um orçamento realista. Se o Sr. Primeiro-Ministro encontrasse um outro tipo de país, na perspectiva de um país diferente, teria com certeza um orçamento diferente.

Acabamos de fazer um importante exercício de análise das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, onde o Governo apresentou as grandes linhas estratégicas de governação e as previsões orçamentais para o presente Ano Económico.

Excelências, não obstante o momento em as propostas estão a ser apresentadas, discutidas e foram obviamente aprovadas, estamos convictos de que as acções aqui elencadas encontrarão a luz do dia. Por isso, gostaríamos de dizer que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado têm todo apoio do Grupo Parlamentar do ADI, e tudo faremos para que cada uma das medidas a serem executadas tenham o maior impacto na vida das populações e de cada cidadão do nosso país.

Um bem-haja a todos e muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

Antes de convidar o Sr. Primeiro-Ministro para encerrar o debate, gostaria de submeter a esta augusta Assembleia o requerimento submetido pelo Grupo Parlamentar do ADI, que passo a ler: «Requerimento.

Nós abaixo assinados, vimos, nos termos do artigo 163.º do Regimento da Assembleia Nacional, avocar a análise e votação na especialidade das Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico 2023 ao Plenário.

São Tomé, 24 de Maio de 2023.

Os subscritores, José António do Sacramento Miguel, Pedro Jorge Abreu de Carvalho, Abnildo d' Oliveira, Elísio Teixeira e Afonso Varela.»

Antes, gostaria de ter a aprovação da Assembleia, para depois passar a uma proposta de trabalhos.

O requerimento aceite? Vamos aprovar por aclamação?

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Muito bem.

Antes de o Sr. Primeiro-Ministro vir encerrar o debate, nós temos uma proposta de trabalho que vamos apresentar. Proposta de programa de análise na especialidade das Propostas de Lei das Grandes Opções

do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2023. Nós temos o programa distribuído em três dias. No primeiro dia teremos a Área Institucional, com as instituições que passo a citar: Precedência da República, Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Presidência de Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Ministério da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos e o Ministério da Defesa e Administração Interna. Estes são os ministérios propostos para o primeiro dia. Estamos aqui a sugerir 5 horas para o feito, sem o prejuízo de, se esgotarmos todas as questões dessas instituições, irmos avançando com as propostas dos dias seguintes.

Segundo dia, Área Social, com os seguintes ministérios: Ministério da Educação, Cultura e Ciências, Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo e o Ministério dos Direitos da Mulher.

Para o terceiro dia, Área Económica, com os seguintes ministérios: Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul, e votação das Propostas na especialidade e final global.

São os três dias propostos para discussão, análise e votação das Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2023, sem prejuízo de, se os trabalhos decorrerem em bom ritmo e conseguirmos trabalhar mais e muito mais, passarmos a discussão só para dois dias. Mas isso vai-se ver.

Inicialmente, esta é a proposta que temos para a discussão na especialidade das duas Propostas.

Quero também informar aqui que a Mesa tomará as devidas medidas com relação ao abandono do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Presidente emitira um despacho que os penalizará com uma falta injustificada.
Sem mais delongas, Sr. Primeiro-Ministro, o púlpito é todo seu.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Obrigado, Sra. Presidente de Assembleia Nacional. Antes de intervir, só dois reparos, por esquecimento. Queria só dizer que a orgânica do governo está promulgada e foi antes de nós votamos para o orçamento e para GOP.

Também uma informação, não é muito meu hábito mas as vezes, acho que as vezes, nós temos que nos adaptar ao meio.

Por isso, Janeiro a Maio o Primeiro-Ministro gastou 2.325.893,51 dobras em viagem para cerca de quinze viagens, em média dá seis mil e tal euros por viagem e não estão contabilizados outras que eu fiz, e que não sofreram nenhum impacto a nível das finanças públicas.

Só para dizer que é muito dinheiro sim, não são vinte cinco mil, mas na situação em que estamos é muito dinheiro, mas tem trazido também resultados e vai trazer ainda mais resultados acreditem em mim.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Eu só tenho em nome do governo agradecer a confiança das Sras. e Srs. Deputados, por terem votado a favor do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, quero também agradecer todas as contribuições, quero também encorajar depois da intervenção da Presidente do Grupo Parlamentar MCI/PS/PUN, encorajar os Deputados em ter uma atitude não só de fiscalização mas sempre de contribuição no sentido de ajudar o governo a executar a sua missão, o seu programa, a suas responsabilidades da maneira a mais proveitosas para São Tomé e Príncipe.

Espero que esse espírito continue durante os debates na especialidade os Ministros estarão aqui como manda a lei e sobretudo com um espírito completamente aberto, humilde, cooperativo para que aquilo que se possa melhorar em termos do orçamento possa ser feito durante o debate da especialidade, porque nunca há obra perfeita em matéria de orçamento.

Muito obrigado a todos.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Primeiro-Ministro, eu tive feedback do Grupo Parlamentar do ADI que submeteu o requerimento, depois de apresentado o plano de trabalho para a aprovação na Especialidade, propõem que sejam dois dias, 25 e 26, ou melhor amanhã e depois para nós fechamos análise na Especialidade do OGE e do GOP.

Proposta aceite? Estamos todos de acordo?

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Muito obrigada.

Bom, assim sendo só nos resta agradecer a todos, a todos os técnicos que tornaram possível a transmissão dos trabalhos nestes dois dias, a todos quanto nos acompanharam, as associações aqui representadas...

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, eu estava aqui a reflectir com alguns colegas e somos de opinião que a proposta do calendário fosse submetida a votação. Fosse mesmo submetida a votação.

Obrigado

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Vice-Presidente, nós íamos mesmo fechar, mas Líder também? Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só que aqui de acordo com a proposta inicial, são três dias a proposta iniciar. Então se nós tivemos que reduzir a dois dias temos que ver, temos fundir área social e área económica ou então área social e institucional temos que fundir.

Então a nossa proposta é de se fundir área social e área económica.

No segundo dia íamos tratar da social e económica e primeiro dia seria área institucional.

Essa é a nossa proposta. Obrigado

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Líder, temos uma proposta que o Líder Parlamentar do ADI esta a sugerir que sejam fundidas as áreas institucionais e áreas sociais para o primeiro dia, e para o segundo dia área económica.

Área institucional primeiro dia, área social e área económica para o segundo dia.

Então Presidência da República, Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Justiça e Administração Pública e dos Direitos Humanos e Ministério da Defesa Administração Interna para o primeiro dia, dia 25 amanhã. E as áreas sociais e áreas económicas mormente Ministério da Educação Cultura e Ciência, Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, Ministério da Juventude Desporto e Empreendedorismo, Ministério dos Direitos da Mulher, Ministério das Infra-estruturas Recursos Naturais e Ambiente, Ministério de Agricultura Pesca e Desenvolvimento Rural e Ministério do Plano Finanças e Economia Azul para o dia 26, incluindo já a votação na Especialidade e Final Global.

Então vamos submeter essa nova proposta a Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice- Presidente Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sra. Presidente.

Com a permissão do Líder Parlamentar concordamos com a ideia sim, com a proposta desculpa, no entanto só que a área social e económica é um bocado pesada. Logo temos que tentar ali dosear a coisa.

Para o dia 25 que é amanhã, talvez pegar a Juventude Desporto, Ministério das Mulheres e também Educação e Saúde como proposta submeter para o dia de amanhã, e depois Saúde, Infra-estruturas, Agricultura e outros para o dia seguinte.

Se nós conseguimos amanhã avançar, então o Ministro que sabe que é para dia seguinte fica já em condições de poder mesmo amanhã se for o caso retomamos amanhã. Porque depois temos todos os trabalhos e a votação para o dia seguinte para não ficamos aqui até as tantas.

É a minha proposta, não sei se eu me fiz entender. Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada Sr. Vice-Presidente, eu espero que os serviços estejam a notar, e a nova proposta é de no primeiro dia nós pegarmos nas áreas institucionais e uma parte da área social se o tempo nos permitir, e para o segundo dia que é o dia 26 fazemos o resto da área social e área económica.

Então é esta proposta que vamos submeter a votação.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Gostaríamos de pedir a Mesa mais uma cópia porque os nossos Deputados de BASTA parece que não estão acompanhar.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Estamos acompanhar.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Mas por escrito.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Não é preciso, estamos acompanhar. Obrigado

A Sra. **Presidente**: — Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Eu na altura pedi aos serviços que facultassem uma cópia a todas as Bancadas e aos Deputados de BASTA também.

Portanto, é esta proposta, vamos submeter para votação.

Está aprovada a proposta por aclamação?

Uma voz: — Vai à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes na sala.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Submetido a votação, foi aprovado com 37 votos a favor, sendo 30 votos do ADI, 5 votos do MCI/PS-PUN e 2 votos do Movimento BASTA.

Então está aprovado o nosso programa para análise na Especialidade dos dois diplomas.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Agora sim já podemos terminar, a refazer os nossos agradecimentos, eu dizia que a Mesa saúda positivamente, agradece a colaboração de todos e de todas, de todos os técnicos tanto da Assembleia como da Comunicação Social aqui presentes, todos que nos acompanharam agradece o governo, agradece as associações aqui presentes e representadas, mormente Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTP), Associação dos Deficientes de São Tomé e Príncipe (ADSTP), Associação dos Surdos de São Tomé e Príncipe (ASSTP) e Associação Santomense de Apoio as Pessoas com Albinismo (ASAPA).

O nosso muito obrigado, agradecer também de uma forma muito especial os nossos estudantes da língua portuguesa e esperemos que tenham aprendido algo connosco também em nome da Mesa pedir as nossas desculpas por qualquer questão ocorrida durante o debate, e vamos retomar amanhã para análise na especialidade dos dois diplomas.

Está encerrada esta sessão.

Eram 11 horas e 55 minutos.